



GEDES

**Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional**

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 05/2018
Período: 03/03/2018 – 09/03/2018

GEDES – UNESP

- 1- Novo ministro da Defesa é general da reserva
- 2- Avançou acordo na área de segurança entre Brasil e Israel
- 3- Intervenção Federal no Rio de Janeiro I: opinião
- 4- Intervenção federal no Rio de Janeiro II: debates
- 5- Colunistas comentaram participação das Forças Armadas na política brasileira
- 6- Ex-militares foram acusados de instruir associações do crime organizado
- 7- Governo planeja criar Guarda Nacional
- 8- General Mourão discursou em cerimônia
- 9- Estatuto do Desarmamento volta às discussões
- 10- FAB interceptou avião que transportava cocaína
- 11- Moradores do Rio de Janeiro denunciaram abusos de militares
- 12- Unidade do Cindacta é composta majoritariamente por mulheres
- 13- Colunista analisou comentários de general da reserva Augusto Heleno
- 14- Temer analisa envio de soldados à República Centro-Africana
- 15- Operações militares no Rio de Janeiro não abrangeram territórios das milícias
- 16- ONU se manifestou sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro

1- Novo ministro da Defesa é general da reserva

Em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*, o ministro interino da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, afirmou que a escolha do presidente da República, Michel Temer, de o promover é uma “consequência natural”. O general é o primeiro militar a ocupar o cargo, desde a criação do Ministério da Defesa. Posteriormente, o periódico *O Estado de S. Paulo* relatou a pressão realizada sobre Temer para rever a indicação de Silva e Luna ao Ministério. Segundo o ministro, a pressão contrária à sua nomeação deriva de “uma falta de conhecimento” sobre as Forças Armadas brasileiras. De acordo com o general, criou-se “uma mentira”, decorrente de um “trabalho de manipulação” realizado pelos grupos contrários à presença de um militar na pasta. Silva e Luna afirmou que um de seus objetivos no cargo é inaugurar uma carreira civil dentro do quadro de funcionários, de maneira a equilibrar o quadro entre civis e militares, visto que o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, instalado no Ministério da Defesa, é composto por militares em sua totalidade. De acordo com *O Estado*, oficiais das Forças Armadas iniciaram um “movimento discreto” para persuadir Temer a efetivar o atual ministro da Defesa na pasta. De acordo com os oficiais, um militar como ministro não deve ser “regra” ou uma “excrecência” e que retirar o general do cargo o fragilizaria, além de que cederia ao argumento daqueles

que consideram errôneo nomear um militar para a pasta. Segundo interlocutores do presidente da República, Silva e Luna deve ocupar simultaneamente o cargo de secretário-geral do Ministério da Defesa até que um ministro seja nomeado para a pasta. (Correio Braziliense – Política – 04/03/18; O Estado de S. Paulo – Política – 03/03/18)

2- Avançou acordo na área de segurança entre Brasil e Israel

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, houve avanço no acordo entre Brasil e Israel que visa expandir a cooperação na área de ciência e tecnologia, incluindo a transferência de tecnologia de defesa. Conforme declarou o embaixador de Israel no Brasil, Yossi Shelley, o acordo desenvolvido conjuntamente com o ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann, está na iminência de ser assinado, havendo, inclusive, a possibilidade de um acordo de salvaguardas para a utilização do Centro Nacional de Alcântara. Segundo o ministro israelense de Ciência e Tecnologia, Ofir Akunis, o governo de Israel está analisando meios para impedir que a tecnologia transferida para o Brasil não venha a ser encontrada em países “inimigos” de Israel. (Folha de S. Paulo – Mundo – 03/03/18)

3- Intervenção Federal no Rio de Janeiro I: opinião

Em entrevista ao periódico *Correio Braziliense*, o ministro interino da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, afirmou que a intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro não é exclusivamente militar, podendo o cargo de interventor ocupado por um juiz, advogado, delegado ou jornalista. De acordo com o general, as regras de engajamento para os militares envolvidos nas operações da intervenção federal devem ser definidas e amparadas pela lei. Silva e Luna corroborou a posição do comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, sobre a necessidade de conferir “segurança jurídica para que se possa trabalhar”. O ministro interino afirmou que há a necessidade da emissão de mandados de busca coletiva, pois nas comunidades da cidade do Rio de Janeiro “as casas são interligadas, pode-se passar de uma para outra”. De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o atual ministro da Segurança Pública e ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann, “participou de todo o processo que resultou na intervenção federal na segurança pública” do estado do Rio. Segundo a *Folha*, Jungmann posicionou-se favoravelmente à emissão de mandados coletivos de busca e apreensão. Silva e Luna argumentou que a retirada das Forças do estado do Rio deve ser condicionada a resultados positivos e a um plano de transição. O ministro afirmou que as operações anteriores foram realizadas para “atingir uma calamidade momentânea” e que “o Estado tem que estar presente de forma permanente”. Segundo o general, há a necessidade de realizar intervenções na gestão de segurança pública de outros estados. De acordo com o ministro interino, os problemas de segurança pública constituem prioridade nas ações do governo federal. Em entrevista à *Folha*, o antropólogo e coordenador do programa de segurança da organização não-governamental Viva Rio, Pedro Braum, enfatizou as diferenças entre a intervenção no estado do e a participação de militares brasileiros na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Braum afirmou que “do ponto de vista do Exército, a experiência haitiana legítima e dá mais confiança no sentido de ter uma ação mais efetiva na segurança pública”. No entanto, sob a perspectiva estratégica, a experiência adquirida no Haiti não garante o sucesso da intervenção federal no estado do Rio de Janeiro. Ao comentar os resultados da missão de paz, o antropólogo destacou que “embora a crise política tenha sido exterminada, os índices de criminalidade aumentaram nos últimos anos”. Em entrevista ao *O Estado*

de S. Paulo, o general da reserva e comandante das ações militares da Operação Rio, realizada em 1994, Roberto Jugurtha Câmara Senna, afirmou que a conjuntura no estado do Rio é um problema de “segurança nacional”. Segundo o general, é necessária a aprovação de novos dispositivos jurídicos referentes ao emprego das Forças Armadas e das forças policiais. Ao comparar a atuação das Forças em 1994 e em 2018, o general Senna afirmou que as regras de engajamento para as tropas eram mais flexíveis na década de 1990. Em entrevista, o presidente da República, Michel Temer, recordou que as Forças Armadas somente são acionadas sob seu comando e que “não há um desejo sequer das Forças Armadas em assumir o poder”. Conforme *O Estado*, a declaração foi feita em resposta às críticas sobre a “militarização da política”. (Correio Braziliense – Política – 04/03/18; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/03/18; Folha de S. Paulo – Poder – 04/03/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 04/03/18; O Estado de S. Paulo – Notas e Informações – 05/03/18)

4- Intervenção federal no Rio de Janeiro II: debates

Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o jornalista Elio Gaspari caracterizou a intervenção federal decretada pelo presidente da República, Michel Temer, como “um teatro medíocre”. Gaspari criticou também a decisão do interventor federal no estado do Rio de Janeiro, general Walter Souza Braga Netto, em limitar as questões de uma entrevista coletiva concedida à imprensa na semana do dia 26/02/18. De acordo com a *Folha*, Flávio Rocha, sócio majoritário da marca de vestuário Riachuelo e líder do movimento Brasil 200, defendeu a necessidade de uma atuação mais incisiva das Forças Armadas em ações relacionadas à segurança pública. Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde enfatizou o aumento da participação de militares na política no governo de Temer. Segundo a jornalista, a resistência ao maior protagonismo das Forças Armadas na política brasileira deriva da memória do regime militar (1964-1985). Cantanhêde destacou a necessidade de manter a participação das Forças “dentro das balizas constitucionais e em consonância com as demais instituições civis e democráticas”. O jornalista Fernando Gabeira, por sua vez, em coluna opinativa ao *Estado*, defendeu a intervenção no Rio por meio de pontos necessários a serem resolvidos. Gabeira afirmou que a ação deve ter como objetivo reduzir os índices de criminalidade e reestruturar a polícia, e não deve cessar até concluir essa tarefa. O jornalista criticou a ocupação militar das comunidades e reforçou que através do fortalecimento do setor de segurança por meio de equipamentos, meios técnicos-científicos e o combate à corrupção, a operação seria capaz de alcançar seus objetivos. Roberto Boccaccio Piscitelli, professor da Universidade de Brasília, em coluna opinativa ao *Correio Braziliense*, afirmou que a falta de políticas públicas efetivas e a transferência do poder para os militares mostra a ineficiência do Estado. Para Piscitelli, há uma remilitarização do país. Segundo o professor, “os retrocessos são eloquentes e progressivos, de que é exemplo o retorno dos julgamentos dos militares pelos seus próprios tribunais. Aliás, a experiência nos mostra que, quando os civis apelam para os militares, por serem incapazes de resolver os seus problemas, os militares podem achar que não precisam mais servir como intermediários; que podem fazê-lo diretamente”, afirmou o professor. Segundo o *Correio*, em declarações, o general Braga Netto afirmou que as Forças Armadas não ocuparão as comunidades e apenas fortalecerão as forças policiais do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o especialista Robson Rodrigues, a intervenção não é necessariamente militar, mas criou-se uma expectativa ao colocar um general no comando. Rodrigues afirmou ainda que a “sensação de segurança não se mantém por muito tempo quando as causas não são

combatidas”. Para o especialista, o crime organizado deve ser combatido com “inteligência e perspicácia” e não com força abusiva. O Secretário Geral da Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro (Faferj), Filipe do Anjos, afirmou que as lideranças das comunidades estão se mobilizando para tentar revogar a intervenção, além de estarem confeccionando cartilhas sobre como agir durante abordagens militares. Em coluna ao *Estado*, o jurista Almir Pazzianotto Pinto afirmou que o envio das Forças Armadas “compromete a imagem do Estado Democrático de Direito e dará argumentos a quem prega a volta do regime de exceção”. Dennis Lerrer Rosenfield, professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, acredita que os militares “gozam de alto prestígio” entre a população, sendo reconhecidos por sua dedicação à pátria, pela moralidade e honestidade. (Correio Braziliense – Opinião – 05/03/18; Correio Braziliense – Política – 05/03/18; Correio Braziliense – Política – 06/03/18; Folha de S. Paulo – Poder – 04/03/18; O Estado de S. Paulo – Política – 04/03/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 05/03/18; Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 05/03/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 08/03/18; Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 09/03/18)

5- Colunistas comentaram participação das Forças Armadas na política brasileira

Em coluna opinativa para o periódico *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde destacou que as Forças Armadas brasileiras “vivem seu momento de maior protagonismo desde a redemocratização”. Cantanhêde afirmou que a credibilidade de militares entre a população de baixa renda é marcante desde o fim do regime militar (1964-1985). Contudo, segundo a jornalista, “a novidade é esse prestígio ter se disseminado, atingido os mais ricos e se refletido em ganho de espaço político no último período”. De acordo com *O Estado*, o protagonismo exercido por militares no governo federal “tem gerado incômodo nos corredores do Palácio do Planalto”. O presidente da República, Michel Temer, no entanto, afirmou que a resistência à participação de militares é fruto de preconceito em relação às Forças Armadas e que essas deveriam “estar mais presentes na administração do país”. Segundo o periódico, o prestígio das forças castrenses pode ser observado também nas disposições orçamentárias. De acordo com *O Estado*, no entanto, representantes dos militares tendem a negar o protagonismo. O ministro interino da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, afirmou que a participação mais intensa das Forças deriva da “convocação” pelo governo federal. De acordo com o Secretário Nacional de Segurança Pública, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, a busca por militares para quadros administrativos se dá porque “as características da profissão militar estão em alta no mercado, que são honestidade e eficiência”. A cientista política e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Maria Celina D’Araújo, afirmou que não há “projeto político das Forças Armadas de retomar as rédeas do poder”. Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, as Forças Armadas são as instituições com maior índice de confiança entre a população. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, 38% da população com renda de até dez salários mínimos confia nas Forças Armadas. Entre a população com renda mensal acima de dez salários mínimos 47% apresenta muita confiança em relação às instituições militares. De acordo com o jornal, o Executivo está passando por um “processo de militarização”, no qual cargos tradicionalmente ocupados por civis estão sendo presididos por militares. Conforme o jornal, o presidente Michel Temer passou o comando para os militares do “Ministério da Defesa, da intervenção na segurança pública do Rio, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do ministério homônimo, da presidência da Funai (Fundação Nacional do Índio) e cargos estratégicos de

segundo escalão, como a chefia de gabinete da Casa Civil”, além de deflagrarem em 4 estados operações de “garantia da lei e da ordem” (GLO) e fazerem varreduras em 34 presídios estaduais. A organização não governamental *Human Rights Watch* manifestou preocupação com a falta de colaboração do Exército na investigação de crimes cometidos por militares, após a lei adotada pelo presidente Temer de permitir que membros das Forças Armadas, que cometam delitos em operações de rua, sejam julgados na Justiça Militar. O Planalto afirmou que “procura os melhores quadros para a administração pública, não importando se são civis ou militares”. Em coluna opinativa para a *Folha*, no dia 08/03/18, o secretário especial de Comunicação Social da Presidência da República, Márcio de Freitas, afirmou que as GLOs foram assinadas por um civil, Raul Jungmann, ex-ministro da Defesa. (*Folha de S. Paulo – Poder – 04/03/18; Folha de S. Paulo – Poder – 05/03/18; Folha de S. Paulo - Opinião - 08/03/18; O Estado de S. Paulo – Política – 04/03/18*)

6- Ex-militares foram acusados de instruir associações do crime organizado

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, ex-paraquedistas e ex-fuzileiros navais foram acusados de fornecer instruções táticas das Forças Armadas ao crime organizado. Segundo o jornal, os ex-militares ofereceram preparação para o uso de armamentos, noções de confronto em terrenos irregulares e estabelecimento de rotas de fuga. De acordo com *O Estado*, entre 10 e 12 ex-militares são suspeitos de fornecer o treinamento. Segundo o periódico, a instrução pode custar de R\$ 3 a 5 mil reais por hora. O ministro interino da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, enfatizou o temor de que ex-militares sejam cooptados por associações do crime organizado. Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o ex-militar Pedro Henrique Freire de Santana foi preso pela Polícia Civil do Distrito Federal, acusado de fornecer armamento para associações criminosas na capital federal, Brasília. De acordo com o periódico, o Exército Brasileiro, em nota, declarou que Santana serviu como soldado em 2011, e que aguardará as investigações para saber se outros servidores estão envolvidos, para então adotar os “procedimentos legais e disciplinares” cabíveis (*Correio Braziliense – Cidades – 08/03/18; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 04/03/18*).

7- Governo planeja criar Guarda Nacional

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o governo federal planeja criar uma Guarda Nacional, com o objetivo de combater a violência. Conforme o jornal, a Guarda Nacional seria intermediária entre a Polícia Militar e as Forças Armadas, concentrando-se em policiar as fronteiras e gerenciar as crises nos estados. O projeto surgiu em consequência do aumento do tráfico de armas nas fronteiras, ponto crítico da segurança nacional. De acordo com o *Correio*, o presidente da República, Michel Temer, aguarda maiores estudos para enviar o projeto de lei para o Congresso Nacional. A estimativa é de que o contingente seria composto, inicialmente, de 7 mil a 10 mil homens. O professor da Universidade do estado do Rio de Janeiro e especialista em segurança pública Ignácio Cano afirmou que “com certeza essa é uma ideia a ser explorada pelo governo, pois cresce o uso das Forças Armadas na segurança pública. Mas não vai sair barato. É um custo bem maior que o da Força Nacional”. (*Correio Braziliense – Política – 05/03/18*)

8- General Mourão discursou em cerimônia

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, no dia 28/02/18, o general Antônio Hamilton Mourão entrou para a reserva e, em seu discurso, elogiou o coronel Carlos Brilhante Ustra, que chefiou o Destacamento de Operações de Informação - Centro de

Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) paulista, conhecido centro de tortura e repressão durante a ditadura militar. O general afirmou que o presidente da República, Michel Temer, deveria ser expurgado da vida pública e que a intervenção no Rio de Janeiro é “meia-sola”. Na cerimônia, o comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, “saudou a liderança e disciplina intelectual” do general ao qual se referiu como amigo. (Folha de S. Paulo – Poder – 05/03/18)

9- Estatuto do Desarmamento volta às discussões

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a crise na segurança pública e a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro vem sendo usada por um grupo de parlamentares de direita para fortalecer o apelo pela alteração da lei que regula os armamentos no Brasil. Segundo o jornal, diante desta pressão, o debate pela flexibilização do Estatuto do Desarmamento, há anos parado na Câmara dos Deputados, pode ser retomado. (Folha de S. Paulo – Poder – 05/03/18)

10- FAB interceptou avião que transportava cocaína

Foi reportado pelos periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* que durante a operação conjunta de vigilância da Polícia Federal com a Força Aérea Brasileira (FAB) denominada Ostium, realizada na fronteira do Brasil com a Bolívia e com o Peru, um avião boliviano que transportava 500 quilos de cocaína foi interceptado ao sobrevoar o território brasileiro. A FAB forçou a aeronave a pousar no município de Cuiabá, no estado do Mato Grosso, enquanto a Polícia Federal impediu os suspeitos de se livrarem das evidências. (Folha de São Paulo – Cotidiano – 07/03/18; O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 07/03/18)

11- Moradores do Rio de Janeiro denunciaram abusos de militares

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, militares que atuam em favelas na cidade do Rio de Janeiro foram denunciados pelos moradores das comunidades à Defensoria Pública. Entre as denúncias encontram-se dois procedimentos adotados pelos militares nas abordagens aos moradores: a verificação dos aparelhos celulares pessoais dos moradores, vasculhando fotos e contatos; e a prática de fotografar indiscriminadamente, com seus próprios celulares, os documentos de identidade dos moradores, a fim de checar antecedentes criminais. De acordo com o Comando Conjunto das Operações no Rio, a varredura em celulares não é um procedimento padrão. O coordenador de Direitos Humanos da Defensoria, Fábio Amado, declarou que “os militares não podem fazer uma varredura assim, sem que haja consentimento do morador ou um mandado”. Ademais, a Defensoria considera ilegal o registro fotográfico de documentos de identidade feito pelos militares. (O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 07/03/18)

12- Unidade do Cindacta é composta majoritariamente por mulheres

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Força Aérea Brasileira (FAB) informou que no Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego (Cindacta I), localizado na cidade de Brasília, a maior parte dos controladores de tráfego aéreo são mulheres. De acordo com o tenente-coronel aviador Anderson Jean Oliveira, os concursos de carreira militar da FAB não fazem “caracterização de gênero”. Segundo Oliveira, homens e mulheres concorrem às vagas de igual forma. (Correio Braziliense – Economia – 08/03/18)

13- Colunista analisou comentários de general da reserva Augusto Heleno

O colunista Marco Aurélio Canônico, do periódico *Folha de S. Paulo*, comentou o seminário realizado pelo general da reserva, Augusto Heleno, no dia 07/03/18, na Escola Superior de Guerra (ESG), na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Canônico, durante o seminário, Heleno comentou as cobranças dos grupos de Direitos Humanos, afirmando que “se os humanos direitos não têm direitos humanos, primeiro temos que consertar isso”. De acordo com Heleno, “o verbo da missão é eliminar”, e que não resolve “prender o traficante” e “dois dias depois” o soltar. Para Canônico, o general considera que o Brasil pode se tornar um “narcopaís”. Segundo o colunista, Heleno resgatou as lições para lidar com o narcotráfico de “um dos piores episódios da ditadura”, o caso da guerrilha do Araguaia, no qual 40 guerrilheiros detidos foram executados. De acordo com Heleno, o “ordenamento jurídico precisa de patriotismo”, pois vai “permitir que a gente tenha resultados que nos animem a retomar o protagonismo do Estado no uso da violência”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 08/03/18)

14- Temer analisa envio de soldados à República Centro-Africana

De acordo com o colunista do periódico *Folha de S. Paulo* Matias Spektor, o presidente da República, Michel Temer, irá decidir sobre o envio de soldados para a República Centro-Africana. De acordo com Spektor, Temer está sob pressão do Estado Maior das Forças Armadas e do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, para autorizar a ação. De acordo com o periódico, o envio das tropas deve garantir um orçamento extra de 450 milhões de reais apenas no primeiro ano para as Forças Armadas, e “fluxo financeiro contínuo” enquanto durar a missão. De acordo com o colunista, isso possibilitaria a compra de blindados e armamentos, “criando novos negócios para os setores público e privado”. Segundo Spektor, Guterres afirmou que “as tropas brasileiras são mais bem equipadas e treinadas do que as africanas”. Segundo o colunista, Temer recebeu dos ministérios análises de “consensos mínimos” e que o material “deixa muito a desejar”. Spektor considerou que essa missão tem “risco inédito à vida e à reputação de nossa tropa”, pois a região da República Centro-Africana à qual se direciona é “marcada por choques religiosos e atividade terrorista”. Deste modo, o colunista sugere que, tendo em vista as dificuldades da missão, Temer “deveria munir-se dos melhores instrumentos” antes de autorizá-la. (Folha de S. Paulo – Opinião – 08/03/18)

15- Operações militares no Rio de Janeiro não abrangeram territórios das milícias

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, desde que começaram as ações militares na cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 2017, nenhuma operação foi realizada nos territórios dominados pelas milícias. De acordo com a *Folha*, quando foi assinado o decreto para o uso das Forças Armadas na cidade do Rio, em julho de 2017, o ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que o objetivo era “golpear o crime organizado”, e que nessa categoria se ajustavam “não só tráfico de drogas, mas também milícias e grupos paramilitares”. Conforme o periódico, 20 operações foram realizadas com o apoio de militares e nenhuma delas ocorreu naqueles territórios. O periódico também afirmou que desde que foi decretada a intervenção, em fevereiro de 2018, não houve nenhuma declaração em relação às milícias. De acordo com a *Folha*, nenhuma das instituições que combatem tais grupos, como a Delegacia de Repressão ao Crime Organizado, as Delegacias de Homicídios e o Grupo de Combate ao Crime Organizado foram chamadas para conversar com o interventor federal, general Walter Souza Braga Netto. (Folha de S. Paulo – Opinião – 08/03/18)

16- ONU se manifestou sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o alto-comissário da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos, Zeid Al Hussein, criticou a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro em seu relatório anual, entregue no dia 07/03/18 para o Conselho de Direitos Humanos (CDH). Segundo *O Estado*, foi a primeira manifestação da ONU sobre a intervenção. De acordo com Hussein, as Forças Armadas não são especializadas para atuar na segurança pública. Hussein igualmente desaprovou o pedido de oficiais do Exército para a adoção de medidas que anistiariam de maneira preventiva qualquer tropa que cometa violações de direitos humanos. (*O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 08/03/18)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).